

HABEAS CORPUS Nº 514.990 - SP (2019/0166779-5)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNA GONÇALVES DA SILVA LOUREIRO - RJ142665
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ROBERTA LOPES MARIANO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de ROBERTA LOPES MARIANO, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que deu parcial provimento ao apelo defensivo por acórdão assim ementado (fl. 60):

TRÁFICO DE DROGAS CONDENÇÃO PENA-BASE NO PATAMAR MÍNIMO BENESSE DO § 4º, DO ARTIGO 33, DA LEI Nº 11.343/06 INADMISSIBILIDADE ELEVAÇÃO IMPOSTA NA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DE FORMA FUNDAMENTADA ART. 42, DA LEI DE DROGAS RÉ PRIMÁRIA E SEM ANTECEDENTES IRRELEVÂNCIA ACUSADA QUE TINHA EM DEPÓSITO E GUARDAVA MAIS DE 80 KG DE MACONHA EM SUA RESIDÊNCIA ENORME QUANTIDADE QUE INDICA DEDICAÇÃO INEQUÍVOCA À ATIVIDADE CRIMINOSA MEDIDA FACULTATIVA QUE NÃO SE MOSTRA SUFICIENTE À PREVENÇÃO E REPRESSÃO DO NARCOTRÁFICO RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO PARA OUTRO FIM.

A paciente foi condenada, em primeira instância, às penas de 9 anos e 7 meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais o pagamento de 1.440 dias-multa, por infração aos artigos 33, *caput*, e 35, ambos da Lei 11.343/2006, na forma do artigo 69 do Código Penal.

Inconformada, interpôs recurso de apelação, que foi parcialmente provido, para absolvê-la da conduta tipificada no art. 35 da Lei 11.343/2006, mantida a condenação pelo tráfico de drogas, nos termos da sentença.

No presente *writ*, a impetrante requer, em suma, a aplicação da atenuante da confissão espontânea, bem como do redutor previsto no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006 e a fixação do regime aberto para cumprimento da pena.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, onde a pretensão trazida, de revisão da dosimetria da pena e abrandamento do regime prisional, é de caráter eminentemente satisfativo, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

